

PROJETO DE LEI Nº , de 2009.
(Do Sr. Dr. Marcelo Itagiba)

Isentar de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos o membro de família de baixa renda, em todo o território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem como objetivo isentar o membro de família de baixa renda do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos para ingresso em cargos das administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais e das empresas públicas e sociedades de economia mista da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 1º Os editais de concurso público dos órgãos da Administração Pública preverão a isenção de taxa de inscrição para o candidato que:

I - estiver inscrito em qualquer programa social; ou

II - for membro de família cuja renda seja de até três salários mínimos.

§ 1º A isenção mencionada no *caput* deverá ser solicitada ao órgão ou entidade executor do concurso público mediante requerimento do candidato, contendo:

I - CPF e Registro Geral de Identidade;

II - declaração de que atende à condição estabelecida no inciso II do *caput*.

§ 2º O órgão ou entidade executor do concurso público verificará a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

§ 3º A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei.

Art. 2º O edital do concurso público definirá os prazos limites para a apresentação do requerimento de isenção, assim como da resposta ao candidato acerca do deferimento ou não do seu pedido.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento do pedido, o candidato deverá ser comunicado antes do término do prazo previsto para as inscrições.

Art. 3º Esta Lei também se aplica aos processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o art. 11 da Lei nº 8.112, de 1990, o concurso público para ingresso na Administração Pública federal será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

O Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, de sua vez, regulamenta o art. 11 da Lei citada, quanto à isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo federal.

A isenção é, no entanto, uma necessidade nacional. E, considerando que compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (art. 22, XXVII, CF), o presente projeto tem por escopo garanti-la a todo o brasileiro carente e que tenha a pretensão de prestar concurso público.

Isto posto, conto com o apoio dos Pares para a aprovação de mais este projeto de lei que, sem dúvida alguma, aprovado, aperfeiçoará a cidadania brasileira, dando ao membro de família carente, independentemente

do ente federativo em que esteja, efetivo acesso ao único meio de atingimento de cargos públicos no Brasil.

Sala das Sessões, em de setembro de 2009.

Deputado MARCELO ITAGIBA

PMDB/RJ